

FUNDAÇÃO PIRATINI

Entidades vão ao MP contra extinção da TVE

MATTHEUS MORAES / DIVULGAÇÃO / MP

Procuradoria diz que patrimônio da tevê não pode ser objeto de utilização política nem de interesse privado



Paulo Barbosa (de terno, ao centro) determinou o exame das denúncias

O procurador-geral de Justiça em exercício, Paulo Emilio Barbosa, recebeu ontem representação contra a extinção da TVE e da FM Cultura. Diante da preocupação com o destino do acervo pertencente à Fundação Cultural Piratini e com a administração de recursos oriundos de editais públicos, Barbosa colocou os argumentos em análise para apurar se há elementos para ações do Ministério Público.

“O patrimônio material e imaterial da Fundação Piratini não pode ser objeto de instrumentalização política em favor de governos transitórios, nem do usufruto do interesse privado. Tra-

ta-se de uma preocupação razoável de que poderá haver prejuízo para o Estado. Estes documentos constituem recursos para que o MP possa examinar o caso”, afirmou o procurador.

O documento contém 383 assinaturas de artistas e intelectuais, entre os quais figuram os

escritores Luis Fernando Verissimo e Luiz Antonio de Assis Brasil. Presente no ato, o presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), João Batista de Melo Filho, também questionou a falta de comprovação sobre a repercussão financeira positiva das extinções.